Nota para a Imprensa

27.12.2024





1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

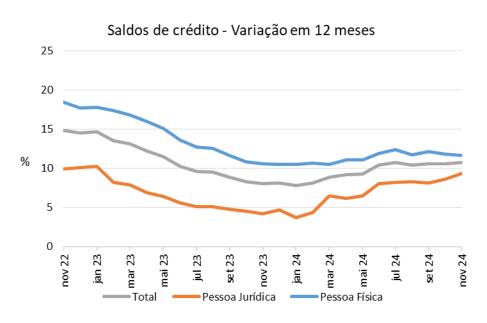
Em novembro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro atingiu R\$18,2 trilhões (156,0% do PIB), com crescimento de 1,9% no mês, resultante das altas de 4,9% nas captações externas – refletindo a depreciação cambial de 4,8% no período – , de 1,1% nos empréstimos e de 1,2% nos títulos de dívida. Em doze meses, o crédito ampliado cresceu 14,9%, com avanços de 15,3% nos títulos de dívida, de 10,4% nos empréstimos e de 24,1% nas captações externas.

O crédito ampliado às empresas somou R\$6,5 trilhões em novembro (55,5% do PIB), acréscimo de 2,6% no mês, ressaltando-se as expansões de 1,8% nos empréstimos, de 1,5% nos títulos de dívida e de 4,5% nas captações externas. Em relação a novembro de 2023, o crescimento de 18,2% da carteira decorreu, principalmente, das elevações de 27,5% em títulos de dívida e de 22,0% nos componentes da dívida externa.

O crédito ampliado às famílias atingiu R\$4,2 trilhões (35,8% do PIB), com expansões de 1,1% no mês e de 11,8% em doze meses, refletindo, basicamente, o desempenho dos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O estoque das operações de crédito do SFN aumentou 1,2% em novembro, alcançando R\$6,3 trilhões. Esse resultado decorreu, basicamente, dos incrementos de 1,4% no crédito às empresas e de 1,0% no crédito às famílias, cujos saldos situaram-se em R\$2,4 trilhões e R\$3,9 trilhões, respectivamente. A comparação interanual mostrou ligeira aceleração, com alta de 10,7% nos doze meses até novembro, após crescimento de 10,6% nos doze meses até outubro. Por segmento, consideradas as mesmas bases de comparação, o crédito às pessoas jurídicas aumentou 9,3% ante 8,6% no mês anterior, enquanto o



saldo para pessoas físicas desacelerou de 11,8% até outubro para 11,6% até novembro.

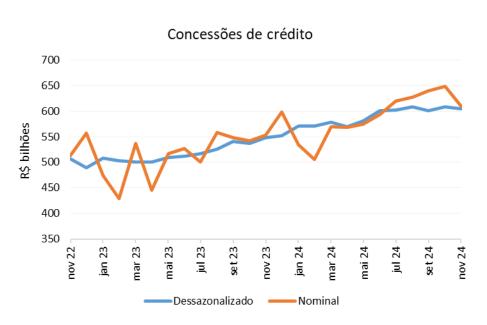
O estoque das operações de crédito com recursos livres somou R\$3,7 trilhões em novembro, com incrementos de 1,2% no mês e de 10,3% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O crédito livre para pessoas jurídicas cresceu 1,3% no mês e 9,3% em doze meses, alcançando R\$1,5 trilhão. Esse desempenho foi impulsionado, basicamente,

pela evolução das carteiras de desconto de duplicatas e outros recebíveis, alta de 7,1%, e de capital de giro com prazo inferior a 365 dias, com alta de 6,6%.



O estoque de crédito livre às pessoas físicas somou R\$2,1 trilhões em novembro, com incrementos de 1,1% no mês e de 11,0% em doze meses. Esse resultado foi impulsionado pelas modalidades de cartão de crédito à vista, aquisição de veículos e crédito pessoal não consignado, que tiveram incrementos respectivos de 2,0%, 1,5% e 1,2%.

O crédito com recursos direcionados cresceu 1,1% no mês e 11,3% em doze meses ao totalizar R\$2,7 trilhões em novembro. Por segmento, o crédito direcionado às empresas avançou 1,5% no mês e 9,3% em doze meses, situando-se em R\$880,4 bilhões. Nas operações às famílias, o estoque alcançou R\$1,8 trilhão, com altas de 0,9% e 12,4%, no mês e em doze meses, na ordem.



As concessões nominais de crédito do SFN atingiram R\$609,3 bilhões em novembro. Nas séries com ajuste sazonal, as concessões recuaram 0,7% no mês, com decréscimos de 0,6% e de nos segmentos pessoas jurídicas e de pessoas físicas, respectivamente. Nos doze meses acumulados até novembro, as concessões nominais aumentaram 14,5%, com expansões de 16,4% nas operações com empresas e de 13,0% nas destinadas

famílias. Vale ressaltar que a ocorrência de quatro dias úteis a menos em novembro do que em outubro contribuiu para as reduções nas concessões nominais.

A taxa média de juros das concessões atingiu 28,6% a.a. em novembro, com alta mensal de 0,5 p.p. e redução de 0,5 p.p. em doze meses. Nas operações destinadas às empresas, a taxa média de juros subiu 0,4 p.p. no mês e 0,1 p.p. em doze meses, situando-se em 19,4% a.a. Nas operações destinadas às famílias, a taxa média aumentou 0,5 p.p. no mês e alcançou 33,0% a.a., com decréscimo de 1,0 p.p. em doze meses. O *spread* bancário, diferença entre as taxas médias de juros praticadas nas operações de crédito e o custo de captação, alcançou 18,6 p.p. em novembro, com alta de 0,2 p.p. no mês e redução de 1,4 p.p. relativamente a novembro de 2023.

No crédito livre, a taxa média de juros situou-se em 41,0% a.a., com incremento mensal de 0,7 p.p. e redução de mesma magnitude em doze meses. Nas operações destinadas às empresas, a taxa média avançou 0,4 p.p. no mês e recuou 0,6 p.p. em doze meses ao atingir 21,8% a.a. Para o aumento no mês, contribuiu principalmente o incremento de 1,1 p.p. no capital de giro com prazo superior a 365 dias.



No crédito livre às famílias, a taxa média de juros alcançou 53,4% a.a., com alta de 0,8 p.p. no mês e diminuição de 1,4 p.p. em doze meses. Contribuíram para esse resultado, as elevações no cartão de crédito rotativo (+6,9 p.p.) e no crédito pessoal não consignado (+2,1 p.p.)

No mês, o efeito da variação das taxas de juros (efeito taxa) foi preponderante para o crescimento das taxas médias de juros do crédito livre, conforme a tabela a seguir.

Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)			Variações		
	out/24	nov/24		Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	52,6	53,4		0,8	0,0	0,8
Pessoa Jurídica	21,4	21,8		0,6	-0,2	0,4
Total	40,3	41,0		0,7	0,0	0,7

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de toda a carteira de crédito do SFN, situou-se em 21,7% a.a. em novembro, mantendo estabilidade no mês e redução de 0,3 p.p. em 12 meses.

A taxa de inadimplência do saldo total de crédito do SFN, considerados os atrasos superiores a 90 dias, alcançou 3,1% da carteira, com reduções de 0,1 p.p. no mês e de 0,3 p.p. em doze meses. Por segmento, a inadimplência no crédito às empresas e no crédito às famílias manteve-se estável em 2,3% e 3,7%, respectivamente, com diminuições de 0,5 p.p. e de 0,1 p.p. em doze meses, na mesma ordem.

No crédito livre, a inadimplência recuou 0,1 p.p. no mês e 0,5 p.p. em doze meses, situando-se em 4,3% da carteira. Por segmento, a taxa de inadimplência da carteira livre destinada às pessoas jurídicas alcançou 2,8%, reduções de 0,1 p.p. no mês e de 0,8 p.p. em doze meses, enquanto nas operações às pessoas físicas manteve-se estável no mês, com recuo de 0,4 p.p. em relação a novembro de 2023.

O endividamento das famílias situou-se em 47,9% em <u>outubro</u>, com reduções de 0,1 no mês e de 0,2 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda diminuiu 0,1 p.p. no mês e 0,5 p.p. em doze meses, situando-se em 26,3%.

3. Agregados monetários

A base monetária totalizou R\$436,9 bilhões em novembro, com decréscimo de 0,2% no mês e crescimento de 7,7% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação diminuiu 0,3%, enquanto as reservas bancárias aumentaram 0,1%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, tiveram impacto contracionista, as operações do Tesouro Nacional, R\$23,3 bilhões, as operações do setor externo, R\$22,3 bilhões e os depósitos de instituições financeiras, R\$8,3 bilhões (recebimento de depósitos voluntários a prazo, -R\$6,4 bilhões, recolhimento de recursos de depósitos a prazo, +R\$4,3 bilhões, liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$761 milhões, de recursos de depósitos de garantias em espécie vinculadas a



Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$1,2 bilhão e de recursos do Proagro, +R\$362 milhões). As operações com títulos públicos federais aumentaram em R\$46,2 bilhões (colocações líquidas de R\$52,4 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$98,7 bilhões no mercado secundário) e as operações com derivativos em R\$20,3 bilhões.

Os meios de pagamento restritos (M1) alcançaram R\$657,9 bilhões, crescimento de 3,5% no mês, resultado das expansões dos depósitos à vista e do papel-moeda em poder do público em 6,2% e 0,4%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 cresceu 0,3% no período.

O M2 avançou 0,5% no mês, com saldo total de R\$6,5 trilhões, refletindo os crescimentos do M1 e do saldo de títulos emitidos por instituições financeiras, que em novembro avançou 0,2%, totalizando R\$4,8 trilhões. No período, o saldo dos depósitos a prazo não registrou variação, enquanto os saldos das letras financeiras e das letras de crédito avançaram, respectivamente, 1,4% e 0,6%. O saldo dos depósitos de poupança avançou 0,1% (R\$1,0 trilhão), com captações líquidas negativas de R\$2,9 bilhões. O M3 cresceu 0,3%, totalizando R\$12,0 trilhões, refletindo o aumento no M2. O saldo das quotas de fundos monetários (R\$5,3 trilhões) aumentou 0,1%. As operações compromissadas com títulos públicos federais avançaram 6,7%, enquanto as operações com títulos privados recuaram 8,2%. O M4 avançou 0,4% no mês, totalizando R\$13,3 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 12,9%.

4. Limitação do montante de juros e encargos financeiros em cartões de crédito

A <u>Lei nº 14.690</u>, de 3 de outubro de 2023, determinou que, no crédito rotativo e no parcelamento do saldo devedor das faturas de cartões de crédito e de outros instrumentos de pagamento pós-pagos, o montante total cobrado a título de juros e encargos financeiros não poderá exceder o valor original da dívida.

Visando contribuir para o acompanhamento dos efeitos dessa legislação, o Banco Central passou a divulgar em página específica os percentuais acumulados dos montantes de juros e encargos nas operações de cartão rotativo e parcelado a partir da entrada em vigor da lei. Esses dados mostram a distribuição de frequência da proporção dos montantes de juros e encargos financeiros cobrados pelas instituições financeiras em relação ao valor original da dívida e estão disponíveis no endereço www.bcb.gov.br/estatisticas/juros-cartao-de-credito ou pelo caminho Estatísticas > Taxas de Juros > Juros acumulados no cartão de crédito.

Em novembro, o percentil 99 permaneceu em 100% em algumas instituições financeiras. Desde o início de vigência da lei, em 3 de janeiro de 2024, o indicador apresentou percentuais gradualmente crescentes, especialmente nos percentis mais elevados. Em março, o percentil 99 mostrava percentual máximo de 53,97%; em junho, 66,85%; e, em outubro e novembro, 100%. Esse comportamento era previsível, considerando o fato de a lei se aplicar somente aos saldos financiados a partir de sua vigência na forma de crédito rotativo ou parcelado e o nível de taxas de juros da modalidade. Elevações adicionais, além de 100%, não podem ocorrer, pois estariam contrariando o limite definido em lei.

É importante ressaltar que os percentuais mais elevados apresentados pelo indicador correspondem ao percentual de juros e encargos financeiros acumulados, na comparação com o montante original da



dívida, por clientes posicionados no percentil 99, que corresponde a 1% dos clientes com os níveis mais elevados de endividamento.

O Banco Central orienta o consumidor a quitar integralmente a fatura do cartão de crédito. O uso do cartão na modalidade crédito rotativo deve ser evitado por ser uma linha de custo elevado de financiamento.



		Percentil 25	Percentil 50	Percentil 75	Percentil 99
BANCO BMG S.A.	ago/24	9,74	19,48	35,88	69,40
	set/24	10,73	19,48		
	out/24	9,74	19,48		
	nov/24	10,73	21,44		81,93
BANCO BRADESCARD	ago/24	3,45	8,31		57,59
	set/24	3,52	8,87		59,94
	out/24	9,12	15,69	30,26	78,71
	nov/24	4,56	12,93	22,77	82,96
BANCO BRADESCO S.A.	ago/24	9,78	19,91		66,28
	set/24	7,16	15,93	27,74	72,68
	out/24	7,88	17,63	30,07	78,06
	nov/24	8,74	18,24		82,41
BANCO BV S.A.	ago/24	4,22	10,89	24,89	70,91
	set/24	4,41	11,63	24,97	76,56
	out/24	4,22	11,41	25,01	82,53
	nov/24	4,22	11,60	25,72	86,76
BANCO C6 S.A.	ago/24	3,65	6,47	12,93	41,18
	set/24	4,00	6,95	14,29	42,11
	out/24	3,94	6,98	14,94	41,83
	nov/24	3,72	6,68		
BANCO CSF S.A.	ago/24	6,21	13,89		77,67
	set/24	6,28	14,70	26,33	82,32
	out/24	6,92	15,56	28,38	85,87
	nov/24	7,11	16,47	29,81	88,38
BANCO PAN	ago/24	5,22	13,58	22,55	60,74
	set/24	5,16	13,75	22,58	62,39
	out/24	5,00	13,65	21,94	64,22
	nov/24	5,18	14,80	22,67	65,73
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.	A. ago/24	6,82	15,27	22,91	58,26
	set/24	5,84	14,92	22,88	63,97
	out/24	6,00	15,52	23,95	67,05
	nov/24	6,14	16,42	26,51	81,53
BCO DO BRASIL S.A.	ago/24	1,44	4,66	15,14	36,96
	set/24	1,47	5,39	15,62	41,59
	out/24	1,47	5,39	15,62	41,59
	nov/24	1,47	5,98	15,68	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	ago/24	4,90	7,82		37,41
	set/24	4,50	7,32		40,19
	out/24	4,57	7,46	13,16	42,60
	nov/24	4,49	7,11	13,15	44,48
ITAÚ UNIBANCO S.A.	ago/24	5,23	13,41	25,20	83,71
	set/24	4,94	13,45	27,07	99,04
	out/24	4,98	14,12	29,01	100,00
	nov/24	4,36	12,36	28,07	100,00
LUIZACRED S.A. SCFI	ago/24	5,61	13,64	24,09	83,48
	set/24	5,01	13,15	26,12	99,91
	out/24	4,89	14,11	27,89	100,00
	nov/24	4,76	13,30	28,62	100,00
NU FINANCEIRA S.A. CFI	ago/24	4,58	12,24		80,55
	set/24	4,58	12,41	25,88	86,13
	out/24	4,67	12,51	26,12	89,91
	nov/24	4,58	12,72	26,92	92,45
PORTOSEG S.A. CFI	ago/24	5,48	12,93	25,53	77,48
	set/24	5,76	13,59	26,50	85,27
	out/24	5,70	14,38	27,92	90,92
	nov/24	5,84	14,78	28,52	95,07
REALIZE CFI S.A.	ago/24	2,80	5,97	16,94	75,31
	set/24	4,74	8,87	17,99	78,22
	out/24	5,12	10,36	33,00	79,40
	0ut/24	5,12	10,50	00,00	70,40



5. Revisão das estatísticas de crédito

A <u>Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas</u> (<u>DSTAT</u>) do <u>Banco Central do Brasil</u>, 3ª edição, de junho de 2023, estabelece que revisões extraordinárias devem ser efetuadas e informadas tão logo sejam identificados erros nas fontes de informações.

Em decorrência de inconsistência na classificação do controle de capital em uma instituição financeira na base de dados do Banco Central, as séries de códigos SGS 13672 (Percentual do total de provisões em relação à carteira de crédito das instituições financeiras sob controle privado nacional) e 13678 (Percentual do total de provisões em relação à carteira de crédito das instituições financeiras sob controle estrangeiro) foram publicadas com valores incorretos para os dados posteriores a julho de 2024. Os valores dessas estatísticas foram revisados e retificados no Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central (SGS) na presente divulgação.